

RECURSO ESPECIAL Nº 1.724.111 - SP (2018/0034262-8)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : GUSTAVO AMATO PISSINI E OUTRO(S) - SP261030
ULISSES FUNAKAWA DE SOUZA - SP298918
RECORRIDO : ANDREA MARA BORTOLUZZO DALBEN
RECORRIDO : EDNA WOOD BORTOLUZZO
RECORRIDO : OSCAR BORTOLUZZO
RECORRIDO : ADRIANA MARA BORTOLUZZO MARTINS
RECORRIDO : MAURO BORTOLUZZO
RECORRIDO : MILTON ANDRE BORTOLUZZO
ADVOGADO : HANAÍ SIMONE THOMÉ SCAMARDI E OUTRO(S) - SP190663
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : GUSTAVO AMATO PISSINI - SP261030
ULISSES FUNAKAWA DE SOUZA - SP298918
AGRAVADO : ANDREA MARA BORTOLUZZO DALBEN
AGRAVADO : EDNA WOOD BORTOLUZZO
AGRAVADO : OSCAR BORTOLUZZO
AGRAVADO : ADRIANA MARA BORTOLUZZO MARTINS
AGRAVADO : MAURO BORTOLUZZO
AGRAVADO : MILTON ANDRE BORTOLUZZO
ADVOGADO : HANAÍ SIMONE THOMÉ SCAMARDI E OUTRO(S) - SP190663

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL S.A. em face de acórdão assim ementado:

CADERNETA DE POUPANÇA - EXTINÇÃO COM JULGAMENTO DE MÉRITO Reconhecimento da prescrição Aplicação da Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal e do informativo 484 do Superior Tribunal de Justiça - Ação proposta após o prazo quinquenal Existência de cautelar de protesto interruptivo do lapso prescricional - Legitimidade ativa do parquet para o ajuizamento da mencionada medida cautelar Inteligência da alínea 'c', do inciso VII, do artigo 6º da Lei Complementar 75/1993 c.c. os artigos 82 e 83 do Código de Defesa do Consumidor - Inocorrência da prescrição - Recurso provido. INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS - EXECUÇÃO INDIVIDUAL Julgamento com fulcro no parágrafo 4º, do artigo 1.013 do Novo Estatuto Adjetivo Civil - Eficácia erga omnes

da sentença proferida na ação coletiva - Os credores podem promover o cumprimento do julgado no foro da comarca dos seus domicílios - Desnecessidade da comprovação da associação dos poupadores ao IDEC - Legitimidade ativa configurada Descabimento da suspensão da execução individual - Os juros da mora são devidos a partir da citação do Banco nos autos da ação civil pública - Incidência do artigo 405 do Código Civil Brasileiro Aplicação da Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para a correção monetária do débito - utilização da referida Tabela acarreta, automaticamente, a incidência do percentual de 42,72% para janeiro e de 10,14% para o mês de fevereiro de 1989 - Possibilidade do arbitramento dos honorários do advogado - Aplicação da Súmula 517 do Superior Tribunal de Justiça Honorários advocatícios arbitrados na ação civil pública - Descabimento da sua inclusão no cálculo da dívida - Verba que não pode beneficiar quem não foi parte, tampouco patrocinou naquela demanda - Os juros remuneratórios não são devidos - Inexistência de previsão no título exequendo - Recurso provido, para os fins de desconstituir a sentença e julgar parcialmente procedente a impugnação ao cumprimento da sentença.

A parte recorrente alega violação do artigo 100 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor; dos artigos 475-E e 475-N do Código de Processo Civil de 1973; do artigo 5º da Lei 7.347/1985; dos artigos 17, 85, 485, 487, 509, 515 e 1.036 do CPC de 2015; do artigo 2º-A da Lei 9.494/1997; dos artigos 189 e 202 do Código Civil; e divergência jurisprudencial. Argui ilegitimidade ativa. Suscita prescrição. Aponta excesso de execução. Reclama de ofensa à coisa julgada. Defende que os juros de mora devem correr a partir da citação na execução. Pretende o afastamento dos honorários advocatícios e a suspensão do feito. Requer a exclusão dos juros remuneratórios (contratuais). Explica que o débito deve ser corrigido monetariamente com base nos índices de remuneração dos valores depositados em contas de poupança, sem a inclusão de expurgos inflacionários posteriores ao plano Verão (janeiro de 1989).

Inicialmente, anoto que a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça afetou os Recursos Especiais 1.801.615/SP e 1.774.204/RS, relatados pelo Ministro Raul Araújo, para julgamento da controvérsia referente à "interrupção do prazo prescricional para pleitear o cumprimento de sentença coletiva, em virtude do ajuizamento de ação de protesto

ou de execução coletiva por legitimado para propor demandas coletivas" (questão cadastrada como Tema 1.033).

Ao promover essa afetação, a Segunda Seção do STJ determinou a suspensão da tramitação de todos os recursos especiais e agravos em recurso especial na segunda instância e/ou que tramitem no STJ, que versem sobre a questão delimitada (julgamento 15.10.2019, DJe 30.10.2019).

Em face do exposto, nos termos do artigo 1.037, inciso II, do CPC de 2015 e do artigo 256-L, inciso I, do Regimento Interno do STJ, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para sobrestamento até o julgamento do mérito dos recursos repetitivos mencionados nesta decisão, procedendo-se, após, conforme os artigos 1.040 e 1.041 do mesmo Código.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora